

**ACTA**

Aos três dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves de Oliveira e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu o Vereador André Guimarães Coelho Lima, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 - Vereador José Manuel Antunes – Demonstrou a sua preocupação com a segurança dos peões na área envolvente à Igreja de Silvaes uma vez que a construção dos novos acessos esteve na origem da criação de 3 passeadeiras numa via com 4 faixas de rodagem. De igual forma mostrou-se preocupado com a via que está a ser executada atrás daquela Igreja que liga os novos estabelecimentos comerciais junto a Mouril e a rotunda de acesso a Ponte, justificando que essa via deveria contemplar um desnivelamento com a estrada existente para acesso ao Lugar da Teixugueira. **2 - Vereador António Salgado – a)** – Chamou a atenção para a via de ligação de Sezim a Cadoso S. Martinho, em Mascotelos, concretamente o constrangimento antigo existente que provoca frequentemente pequena sinistralidade; **b)** – Disse ser importante repor a metodologia de funcionamento do serviço de consultas urgentes no Centro de Saúde de Guimarães, visto que a actual não funciona, referindo que também as USF (Unidades de Saúde

Famíliares) não funcionam, solicitando, por isso, que a Câmara, dentro do possível, diligenciasse junto das entidades competentes para que esta situação seja resolvida. **3 - Vereador César Machado** – Deu conhecimento que Guimarães vai ser o primeiro Município do país a ter um plano de desfibriladores, acrescentando que numa primeira fase os aparelhos estarão disponíveis no mercado municipal, na central de camionagem e na Polícia Municipal (instalações e viaturas), sendo posteriormente instalados nos pavilhões gimnodesportivos do concelho. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Relativamente à intervenção do Vereador José Manuel Antunes admitiu a necessidade de reforçar a segurança dos peões, comprometendo-se a analisar a situação com a Estradas de Portugal; **b)** – Sobre a via de ligação de Sezim a Cadoso S. Martinho, em Mascotelos, disse que a situação era conhecida, contudo, esclareceu que era muito dispendioso adquirir os prédios para efeito de uma intervenção, pelo que a preocupação da Câmara tem-se centralizado na sinalização adequada.

----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Disse querer deixar uma mensagem de solidariedade ao Vimaranesense Manuel Machado, treinador de futebol, que se encontra hospitalizado; **2** – Disse que a Presidente da Fundação Cidade de Guimarães, Dr.^a Cristina Azevedo, viria oportunamente à Câmara – numa das próximas reuniões de Câmara – apresentar o ponto de situação relativo ao dossier da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÕES -----

1 - Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos dos artigos 34º e 28.º, alínea e), da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação financeira semestral relativa à **VIMÁGUA** –



Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A. que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **2** - Do ofício de “Santos Carvalho & Associados, SROC, SA” remetendo, nos termos dos artigos 34 e 28.º, alínea e) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação financeira semestral relativa à **CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações Sociais de Guimarães, EEM.**, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **3** – Da seguinte informação do **Gabinete Técnico Florestal**: “O Município de Guimarães, em colaboração com a Associação de Municípios do Vale do Ave, encontra-se a proceder à gestão da vegetação nos taludes da VIM, em toda a sua extensão no concelho de Guimarães. Os trabalhos de limpeza estão a ser levados a cabo por dois funcionários do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e por quatro reclusos do Estabelecimentos Prisional Regional de Guimarães que se fazem acompanhar por um Agente da Autoridade. Os trabalhos iniciaram-se no passado dia 9 de Novembro e prolongar-se-ão até à finalização de toda a extensão prevista”; **4** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Outubro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: **“Transferência de Verbas para Encargos com Pessoal em Refeitórios e Prolongamento de Horário – Ano Civil 2010 – Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar** – Como é de conhecimento superior, e com base no Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, celebrado entre a Autarquia, a DREN e o Instituto da Segurança Social, renovado anualmente e a vigorar de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Julho de 2010, tem vindo esta Autarquia a transferir verbas para Entidades (Centros Sociais, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas) que asseguram a colocação de pessoal destinado ao desenvolvimento de

Actividades de Apoio à Família (Refeitório e Prolongamento de Horário). De acordo com os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que no ano lectivo de 2009/2010 irão beneficiar desta Componente 87 Salas de Jardim de Infância, abrangendo um total de 1657 alunos para almoço e 1386 para Prolongamento de Horário, o que implica, a transferência de uma verba anual no valor de €1.219.528,91, dos quais €36.045,40 se reportam a pagamento de retroactivos, a ser processados no mês de Janeiro. Solicita-se ainda que seja comunicado aos vários Agrupamentos de Escolas as verbas a transferir para cada um dos Jardins-de-Infância, bem como às Entidades que irão assumir a colocação. Para conhecimento em reunião de Câmara, junto se anexa mapa de pormenor e indicação das moradas das Entidades. À consideração superior”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **5 – Do despacho do Vereador Domingos Bragança,** datado de 14 de Novembro de 2009, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Submete-se, para aprovação superior, o programa de procedimento e caderno de encargos e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de Serviços – Seguros de Acidentes de Trabalho, ano de 2010; **Preço base:** €205.800,00 (duzentos e cinco mil e oitocentos euros) isento de IVA; **Classificação económica** – 01030901; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionada; **Entidade competente para adjudicar:** O Presidente da Câmara Municipal; Júri: Efectivos: Presidente – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Maria Irene Malheiro dos Santos Alves Pinto, Directora do Departamento de Recursos



Humanos e Sistemas de Informação; **Vogais suplentes:** Maria Luísa Machado Vilaça, Técnica de Higiene e Segurança no Trabalho; Carla Alexandra Ribeiro Salgado Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso”;

6 – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 26 de Novembro de 2009, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“ARRENDAMENTO DE PARTE DO ANTIGO POSTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, SITO NA TRAVESSA SRª ANINHAS, FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CASTELO, PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE NOVAS OPORTUNIDADES DO VALE DO AVE** – A AMAVE solicitou a esta autarquia a cedência do 2º piso das antigas instalações da GNR, com a área aproximada de 181m², destinado a reinstalar o Centro de Novas Oportunidades, necessitando, todavia, de obras de beneficiação e de adaptação para a função a que se pretende atribuir. Nesse sentido, a autarquia notificou aquela associação que estaria na disposição de arrendar o mencionado espaço, mediante o pagamento mensal de uma renda no montante de €600,00, conforme relatório elaborado, sendo que as obras de adaptação a serem executadas deverão ficar a expensas daquela entidade. Entretanto, foi comunicado pela AMAVE a sua aceitação quanto às condições impostas pela autarquia. Considerando que não foi mencionado o tempo previsível pela ocupação necessária, entende-se que poderá ser celebrado um contrato de arrendamento pelo período de 5 anos, renovável nos termos legais, mediante o pagamento de uma renda mensal do valor de €600,00, anualmente actualizável de acordo com a lei para as rendas habitacionais, relativamente às habitações nºs 1 e 2, sitas no 2º piso do

identificação imóvel, inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo urbano 1358º, da freguesia da Oliveira do Castelo.”; **7** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 174 a 181, datados de 27 de Novembro de 2009, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 26 de Novembro, das seguintes propostas: **a)** – “Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2009”; **b)** – “Derrama Sobre a Colecta do IRC de 2009 (a cobrar em 2010)”; **c)** – “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2010”; **d)** – Regulamento e Tabela de Taxa e Licenças Municipais”; **e)** – “Aquisição de Imóveis situados na Avenida Conde Margaride e Gaveto da Rua Manuel Saraiva Brandão com a Praça Heróis da Fundação, Freguesia de S. Paio, destinados às Casa da Memória e Plataforma das Artes”; **f)** – “Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi”, **g)** – “Reconversão da EB1/JI do Barreiro Selho S. Jorge para Centro Escolar – Repartição de Encargos”; **h)** – “Reabertura do Parque Central junto ao Estádio D. Afonso Henriques”.

----- DELIBERAÇÕES -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a



Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – PAVIMENTAÇÃO DA EN 580; ESTRADA DE ACESSO AO COMPLEXO TURÍSTICO, RUA DA AGRELA, RUA DO SOUTO – SELHO S. JORGE; RUA DA CARREIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO – MESÃO FRIO; LARGO 25 DE ABRIL, RUA FRANCISCO MARTINS SARMENTO, RUA DO LAMEIRÃO (PARTE) E RUA DO OUTEIRO – BRITEIROS S.

SALVADOR – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1** – Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 5 de Março de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa “M. Couto Alves, SA”, pelo valor de €1.252.714,25 (um milhão duzentos e cinquenta e dois mil setecentos e catorze euros e vinte e cinco cêntimos) + IVA. **2** – O valor final dos trabalhos contratuais é de €1.129.733,78 (um milhão cento e vinte e nove mil setecentos e trinta e três euros e setenta e oito cêntimos) + IVA. **3** – Nesta empreitada, verificou-se a existência de €122.980,47 (cento e vinte e dois mil novecentos e oitenta euros e quarenta e sete cêntimos) + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 9,82%. **4** – Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. **5** – Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. **6** – Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até Março de 2009. O valor da revisão de preços com índices provisórios é de (-) €123.543,17 + IVA. **7** – Assim, fica

à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €1.006.190,61 (um milhão seis mil cento e noventa euros e sessenta e um cêntimos) + IVA, sendo que €1.129.733,78 + IVA de trabalhos contratuais, (-) €123.543,17 + IVA auto provisório relativo à revisão de preços e o auto final no valor de €40.362,16 + IVA. **8** – Para cumprimento do disposto no n.º 1, do art. 220º, do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março, foi elaborada a conta final dentro do prazo nele estabelecido. **9** – De acordo com o n.º 1 do art. 222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada. **10** – Não concordando com o auto negativo da Revisão de Preços, o empreiteiro apresentou reclamação nele exarada, não assinando o respectivo auto. **11** – Até esclarecimento integral desta situação, nomeadamente através de parecer jurídico que sustente uma decisão definitiva, propõe-se a aprovação desta Conta Final com a referida dedução do auto de revisão negativo ao valor dos trabalhos executados, reservando-se no entanto o direito ao pagamento futuro dos valores reclamados”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – VIA DE ACESSO À FEIRA DE S. TORCATO – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1** - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 11 de Setembro de 2008, foi a empreitada em título adjudicada à empresa “Cândido José Rodrigues, SA” pelo valor de €700.441,67 + IVA. **2** - O valor final dos trabalhos executados é de €427.738,28 + IVA. **3** - Constatou-se a existência de trabalhos a Menos no valor de €272.703,39 + IVA referentes a: a) - Na sequência da escavação em terras de empréstimo, que ficavam junto à empreitada, constatou-se que os taludes de onde saíram estas terras eram



suficientemente estáveis, não sendo necessário a construção dos muros de suporte que estavam previstos para aquela zona. Os Trabalhos a Menos pela não execução destes muros foram de: €102.556,80 + IVA; b) - Não execução de grande parte dos movimentos de terras, pois quando se iniciaram os trabalhos, constatou-se que aqueles já se encontravam executados. Os Trabalhos a Menos daqui resultantes foram de: €17.048,63 + IVA. c) - Não execução da camada de desgaste em tapete betuminoso, assim como passeios, dado que se irão efectuar infra-estruturas no local no âmbito de loteamentos aprovados, conforme despacho superior de 17 de Março de 2009 (Doc. 1). Os Trabalhos a Menos pela não realização destes trabalhos são de €23.337,68 + IVA; d) - Após o processo ser enviado para este departamento no sentido de ser lançado concurso público para a empreitada, deu entrada no DOM, em 22 de Novembro de 2007, uma informação do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico (DPPU) que delimitava a execução dos trabalhos inicialmente previstos (Doc.2). Os mesmos serviços em 25 de Fevereiro de 2008, complementavam a informação anterior com a rectificação das medições e orçamento (Doc.3) para a empreitada que seria lançada a concurso. Não obstante, durante a execução da obra verificou-se haver excedente de medição, relativamente à execução de infra-estruturas eléctricas, lancis, pavimentações integração paisagística e sinalização, tendo resultado em trabalhos a menos no valor de 129.760,28€ + IVA. **4** - O adjudicatário apresentou no ultimo Auto uma declaração na qual e de acordo com o art. 35º do D.L. 59/99, irá apresentar um pedido de indemnização pelos trabalhos não executados. **5** - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. **6** - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no

Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. **7** - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de -19.008,80€ + IVA. **8** - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de 408.729,48€ + IVA correspondentes a 427.738,28€ + IVA de trabalhos executados e -19.008,80€ + IVA de Revisão de Preços, assim como do Auto final no valor de €5.645,20 + IVA. **9** - Para cumprimento do disposto no nº 1 do artº220º do Decreto-Lei 59/99 de 2 de Março foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. **10** - De acordo com o nº 1 do artº222º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE CANDOSO S. MARTINHO – CONTA FINAL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1** - Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães, datada de 22 de Janeiro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa GUIMAR – Sociedade de Construções Guimar, SA pelo valor de €999.908,40 + IVA. **2** - O valor final dos trabalhos é de €999.908,40 + IVA. **3** - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. **4** - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. **5** - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até Junho de 2009. O valor da Revisão de Preços com



índices provisórios é de (-) 22.890,35€ + IVA. **6** - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €977.018,05 + IVA, sendo que €999.908,40 + IVA de trabalhos contratuais, (-) 22.890,35€ + IVA auto provisório relativo à Revisão de Preços e do Auto final no valor de €49 105,44 + IVA. **7** - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. **8** - De acordo com o nº 1 do art. 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada. **9** - Não concordando com o auto negativo da Revisão de Preços, o empreiteiro apresentou reclamação nele exarada, não assinando o respectivo auto. **10** - Até esclarecimento integral desta situação, nomeadamente através de parecer jurídico que sustente uma decisão definitiva, propõem-se a aprovação desta Conta Final com a referida dedução do Auto de Revisão negativo ao valor dos trabalhos executados, reservando-se no entanto o direito ao pagamento futuro dos valores reclamados”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL – CALDELAS PARA CENTRO ESCOLAR – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 24 de Novembro de 2009, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do “Reconversão da EB1 do Pinheiral – Caldelas, para centro escolar”. De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para

decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Vice-Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se, pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Vice-Presidente da Câmara datado de 24 de Novembro de 2009”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CONDE –
ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA RIBEIRA –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Conde S. Martinho solicitou a este Município um apoio para a execução da obra de “Alargamento e Pavimentação da rua da Ribeira”. Por se tratar de uma rua de extrema importância para a Freguesia, o Departamento de Obras Municipais efectuou uma quantificação dos trabalhos necessários à sua pavimentação, em calçada à fiada, cujo orçamento se estima em €20.097,15 + IVA. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário, a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Conde (S. Martinho), no valor de €11.000,00 (onze mil euros) + IVA (5%). O Prazo de execução da obra é de 30 dias”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO –
PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
CONSTRUÇÃO DE PISCINA DESCOBERTA –
PRORROGAÇÃO DE PRAZO –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de Câmara de 29 de Maio de 2008, foi celebrado com a Junta de Freguesia de Airão S. João um



protocolo para a execução da obra de “Construção da Piscina Descoberta”, estabelecendo a cláusula 3ª do referido protocolo que o prazo para a execução da mesma, seria até ao final do ano 2008. Vem, agora, a Junta de Freguesia solicitar a prorrogação desse prazo até final do ano em curso (2009). Considerando que nada obsta à satisfação do pedido apresentado e dada a importância da obra, proponho a aceitação da alteração à cláusula que estabelecia o referido prazo de execução, fixando-o até 31 de Dezembro de 2009”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

INDEMNIZAÇÃO POR SINISTRO OCORRIDO NO LARGO DA BOTICA – FREGUESIA DE CALDELAS – Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Empreitadas: “A Sra. D. Rosa de Campos Pereira, residente no Largo da Botica, 175, Caldas das Taipas, solicitou à autarquia uma indemnização no valor de €281,30 relativamente à ocorrência de um sinistro verificado na via pública devido ao facto da tampa de águas pluviais se encontrar levantada tendo, deste modo, provocado danos na viatura de sua propriedade de matrícula RI-15-67. O Departamento de Obras Municipais confirmou que a grelha da caixa de águas pluviais se encontrava em más condições. Esta situação não se enquadra nas coberturas da apólice de responsabilidade civil contratada pelo Município. Assim, submete-se à consideração superior o pagamento, por parte da Câmara Municipal, de uma indemnização no valor de 281,30 euros (duzentos e oitenta e um euros e trinta centimos) a Rosa de Campos Pereira, conforme orçamento por si apresentado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE 26 ASSISTENTES OPERACIONAIS – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Atendendo às necessidades de

recursos humanos manifestadas na Divisão de Cultura e Desporto solicita-se autorização para recrutamento de 26 assistentes operacionais. Para efeitos do referido recrutamento informa-se que os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal, bem como a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no art.º 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE DOCENTES NA ÁREA DE INGLÊS – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC) –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos: “Atendendo às necessidades de recursos humanos manifestadas pela DCD (Divisão de Cultura e Desporto), resultantes de três novas desistências de docentes da área de inglês, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, solicita-se autorização para proceder ao respectivo recrutamento, atendendo a que os postos de trabalho estão previstos e vagos no mapa de pessoal, bem como a respectiva previsão orçamental. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º, da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, informo que a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. O referido procedimento de recrutamento obedecerá obrigatoriamente ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro. Atendendo a que este diploma nada estabelece quanto à competência para autorizar o recrutamento, o presente pedido deve ser



submetido a deliberação da Câmara Municipal, nos termos supra referidos”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 23 DE JULHO DE 2009 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, em Reunião de Câmara de 23 de Julho de 2009, foi deliberado atribuir, para o ano lectivo de 2009/2010, aos Agrupamentos de Escolas uma verba global no valor de €112 873,00, para a comparticipação de livros e material escolar dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar. A atribuição desta verba teve por base o número de alunos, que no ano lectivo transacto, beneficiaram deste tipo de apoio, uma vez que se pretendia que, logo no início do ano lectivo, os alunos dos escalões A e B pudessem dispor do material necessário às actividades curriculares. Assim e considerando que: o Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Acção Social Escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, determina pela primeira vez os valores mínimos de comparticipação para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, diferenciando-os por escalões e anos de escolaridade, conforme a seguir se discrimina: **Escalão A:** 1º e 2º anos = €39; 3º e 4º Anos = €45, **Escalão B:** 1º e 2º Anos = €19,50; 3º e 4º Anos = €22,50; em resultado da actualização do número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, conforme elementos fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, referentes ao ano lectivo em curso, e da aplicação do Despacho supra mencionado, o valor global da comparticipação a atribuir é de €116 746,50; propõe-se a rectificação da

Deliberação de Câmara”. Assim, e de acordo com o mapa em anexo, verificou-se no cômputo geral um aumento do número de alunos do escalão A (139 alunos) e uma diminuição do número de alunos do B (269 alunos), pelo que na maioria das situações haverá necessidade de se proceder ao reforço da verba atribuída pelo Município aos Agrupamentos de Escolas, no valor total de €6 317,00 (seis mil trezentos e dezassete euros). Haverá ainda lugar ao reembolso de verba ao Município por parte de 5 Agrupamentos, no valor total de €2 443,50 (dois mil quatrocentos e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos). À consideração superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS ANUAIS DE ACTIVIDADES, NO ÂMBITO DO PROJECTO EDUCATIVO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “De acordo com a alínea l), do ponto 1, do artigo 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e a alínea e), do ponto 3, do artigo 19º, da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, compete à Autarquia apoiar ou participar no apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de Acção Educativa na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico, no âmbito dos Projectos Educativos. Assim, e dando cumprimento ao disposto na legislação em vigor e tendo por base os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, propõe-se, para o ano lectivo de 2009/10, a atribuição de um apoio no valor de €4/ano, por cada aluno do 1º CEB, e de €2,25/ano, por cada criança da Educação Pré-Escolar, abrangendo um



total de 8 664 alunos e crianças (sendo 6.833 do 1º CEB e 1.831 da Educação Pré Escolar). Considerando a condição periférica da EB1/JI de Monte/Arosa, propõe-se, excepcionalmente, a atribuição de uma verba no valor de €500,00, por forma a permitir a realização de um Plano de Actividades que favoreça o melhor desenvolvimento dos alunos. Mais se informa que o apoio ao desenvolvimento das actividades complementares de Acção Educativa implica à Autarquia a atribuição de uma verba no valor global de €31 859,75 (trinta e um mil oitocentos e cinquenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos) (valor anual). Junto se anexa mapa com indicação dos valores a atribuir por Agrupamento de Escolas. À Consideração Superior”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM A EB2,3 DE PEVIDÉM PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA EB1 PEVIDÉM/SELHO S. JORGE – ANO LECTIVO 2009/2010 – Presente para ratificação o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Novembro de 2009, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, a solução encontrada para garantir o fornecimento de refeições aos alunos da EB1 de Pavidém/Selho S. Jorge, dado que esta não dispõe de condições para a confecção de refeições ou para a implantação de um serviço de refeições transportadas, tem sido a celebração de um protocolo com a EB2,3 de Pavidém, sendo assegurado diariamente pela Autarquia o transporte dos alunos no horário de almoço para aquela EB2,3. Dado que há necessidade de continuar a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos daquela EB1, propõe-se a renovação

do protocolo com a EB2,3 de Pevidém para fornecimento de refeições a 88 alunos da EB1 de Pevidém/Selho S. Jorge, a vigorar no ano lectivo de 2009/2010. Mais se informa que o custo da refeição por aluno é de €1,46, o que implica à Autarquia um custo anual previsível de €22 355,52 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos), aos quais serão deduzidas as comparticipações dos Encarregados de Educação, repartido da seguinte forma: Setembro a Dezembro de 2009 – €8 865,12; Janeiro a Junho de 2010 – €13 490,40. Junto se anexa dois exemplares do Protocolo a celebrar entre as entidades. À consideração superior. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – REUNIÃO ANUAL DOS DIRECTORES GERAIS DA CULTURA DA UNIÃO EUROPEIA –

Presente a seguinte proposta: “O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério da Cultura contactou a Câmara Municipal de Guimarães no sentido de solicitar a sua colaboração para a realização da reunião anual de Directores Gerais da Cultura da União Europeia em Guimarães, no próximo dia 30 de Novembro de 2009. Para além do apoio que vem sendo prestado à organização, solicita aquele organismo do Ministério da Cultura que a Câmara Municipal de Guimarães participe em 50% dos custos inerentes à referida reunião ficando os restantes 50% a cargo do Ministério da Cultura da Holanda. Foi entretanto elaborado um orçamento do qual resultou uma estimativa de €22.000,00 (vinte e dois mil euros) que inclui alojamento, refeições, serviço de transportes, serviço de hospedeiras, equipamento de som e decoração. Deste modo, se a Autarquia anuir à referida solicitação, caber-lhe-á



despender aquela quantia para assegurar o pagamento de todos os fornecedores, vindo posteriormente a ser ressarcida pelo Ministério da Cultura holandês em 50% do montante final a apurar. Em matéria de apoio logístico, à Câmara Municipal caberia igualmente a cedência de material (papel, esferográficas, pastas) e equipamento técnico para a realização da reunião – tela, datashow, computadores, impressoras –, bem como a oferta de livros e DVD a todos os participantes – cerca de 60. Assim, em reconhecimento da importância e prestígio do evento para Guimarães, bem como da promoção e divulgação da sua realidade cultural que, por esta via, se alcançam de forma inequívoca, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal ratifique o meu despacho de 12 de Novembro último, correspondendo favoravelmente à solicitação do GPEARI, nos termos descritos”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** ----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação da Divisão de Acção Social dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado

familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação da Divisão de Acção Social dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – PROGRAMA DESPORTIVO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM ACOMPANHAMENTO PELA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Acção Social: “A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Guimarães (CPCJ), ao longo da sua intervenção, tem constatado a necessidade de se facilitar o acesso às crianças e jovens que apoia, a diferentes recursos sociais, culturais, educativos e desportivos, com o objectivo de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Algumas das crianças e jovens encontram-se inseridas em contextos sociais e económicos de grande debilidade, pelo que necessitam da cooperação das instituições para poderem beneficiar desses mesmos recursos. Foi neste contexto que se solicitou o apoio da Câmara Municipal e da Cooperativa Tempo Livre no pagamento das férias desportivas a 13 crianças e jovens acompanhados por aquela Comissão. Considerando que a Cooperativa Tempo Livre se propôs assumir o pagamento de 50% do seu custo total, propõe-se que a Câmara assumira os restantes 50%. Assim, a fim de se regularizar o pagamento relativo às 13 crianças (8 no ano de 2008 e 5 neste ano de 2009) que a título excepcional já foram apoiadas, solicita-se autorização para proceder ao pagamento das férias desportivas à Cooperativa Tempo Livre nas condições indicadas. -----



Ano	Serviços	N.º Crianças	Semanas	50% do valor total
2008	Programas Ocupacionais e transporte	8	3	€250,00
2009	Programas ocupacionais e transporte	5	10	€1 250,00
TOTAL				€1 500,00

Pela importância estruturante desta actividade sugere-se que a Câmara apoie esta iniciativa de integração de crianças e jovens naquele programa, sempre que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens a solicitar mediante informação comprovando a situação de carência económica dos participantes em apreço”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta. -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1 FRANCISCO DOS SANTOS GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Novembro de 2009, que disponibilizou, à EB1 Francisco dos Santos Guimarães o transporte, em autocarro, de 76 alunos ao Castelo de Guimarães, no passado dia 4 de Novembro. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Novembro de 2009, que disponibilizou, à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, o transporte, em autocarro, de um grupo de reclusos ao Centro Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, no passado dia 5 de Novembro.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ESCOLA EB1 DE BAIRRO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Novembro de 2009, que disponibilizou, à EB1 de Bairro o transporte, em autocarro, dos alunos ao Castelo de Guimarães, no passado dia 11 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Novembro de 2009, que disponibilizou, à Direcção regional de Cultura do Norte o transporte, em autocarro, do Coro Gregoriano de Penafiel à Igreja Nossa Senhora da Oliveira, no passado dia 20 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Novembro de 2009, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas Professor João de Meira o transporte, em autocarro, de 70 alunos da EB1 S. Roque à Sede do Agrupamento, no próximo dia 24 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE BRITEIROS – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos ao Centro de Triagem e Compostagem de Riba d’Ave, no próximo dia 2 de Dezembro. Considerando que se trata



de uma visita de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro, para efectuar o transporte dos alunos da EB1 Salgueiral ao Museu Alberto Sampaio, no próximo dia 14 de Dezembro. Considerando que se trata de uma deslocação inserida no Plano de Actividades do Agrupamento e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS PROFESSOR JOÃO DE MEIRA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento Vertical de Escolas Professor João de Meira solicitou a colaboração do Município através da cedência de dois autocarros para efectuar o transporte de 70 alunos do 1.º ciclo da EB1 S. Roque ao museu de Alberto Sampaio. Considerando que se trata de uma visita de relevante interesse pedagógico e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

BANDEIRAS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA –

BANDEIRA DA CIDADE – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Polvoreira solicitando a cedência de uma bandeira Nacional, bem como de uma bandeira da Cidade. Propõe-se a cedência da bandeira da Cidade.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – SOCIEDADE ORNITOLÓGICA DE GUIMARÃES

– APOIO PARA A REALIZAÇÃO DA 1ª MOSTRA ORNITOLÓGICA DO VALE DO AVE – Presente a seguinte proposta:

“A Sociedade Ornitológica de Guimarães e o Clube Ornitológico de Lordelo organizaram, em parceria, no corrente mês de Novembro, a 1.ª Mostra Ornitológica do vale do Ave, que teve lugar no Pavilhão Multiusos. Tratou-se de uma iniciativa que envolveu dezenas de criadores de aves de todos os Municípios do Vale do Ave, constituindo um patamar superior de organização em relação às mostras dos anos anteriores em que participaram apenas os criadores de Guimarães. Considerando a expressão do sector e o interesse pedagógico da Mostra, que foi visitada pelas crianças das escolas, proponho que a Câmara assuma os encargos com a ocupação das instalações do Pavilhão Multiusos, através da atribuição de um subsídio à Sociedade Ornitológica de Guimarães, no valor de €2 400,00 (dois mil e quatrocentos euros), a ratificação do meu despacho que autorizou a oferta de lembranças aos participantes, cedidas pelos serviços de Turismo do espólio municipal, ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Junho”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que



os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – FRATERNIDADE NUNO ÁLVARES – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

– Presente a seguinte proposta: “A Fraternidade de Nuno Álvares – adiante designada abreviadamente por FNA – é uma Associação, sem fins lucrativos, constituída pelos antigos filiados do Corpo Nacional de Escutas (CNE) do núcleo de Polvoreira, que desempenha funções no âmbito da solidariedade e protecção da natureza e meio ambiente. Assim, a FNA vem informar que se encontram a preparar a inauguração da respectiva sede social, não possuindo no entanto recursos financeiros para o correspondente apetrechamento, pelo que solicitam ao Município a doação de mobiliário em desuso, tais como cadeiras, mesas, armários, estantes, etc. Existindo em armazém algum equipamento que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação, à indicada Associação, do material constante no quadro abaixo descrito, ao abrigo do disposto na alínea b),

n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. À totalidade do equipamento foi atribuído o valor de €1 875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco euros), conforme a seguir discriminado. -----

DESIGNAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Armário estrutura metálica cinza, tampo em madeira de cerejeira, sem portas com 3 prateleiras	1	€300,00	€300,00
Secretária com alonga e respectivo canto de ligação estrutura metálica, com tampo em madeira de cerejeira	1	€500,00	€500,00
Mesa de Reuniões estrutura metálica, com tampo em madeira de cerejeira	1	€200,00	€200,00
Armário baixo estrutura metálica, tampo em madeira de cerejeira, com portas correr em persiana	2	€200,00	€400,00
Armário baixo estrutura metálica, tampo em madeira de cerejeira, com portas correr em persiana	2	€100,00	€200,00
Secretária estrutura metálica, cor beje tampo em madeira com 2 módulos de 3 gavetas	1	€30,00	€30,00
Mesa apoio estrutura metálica com tampo em madeira	1	€15,00	€15,00
Cadeira estrutura metálica, forrada a napa preta	1	€10,00	€10,00
Cadeira estrutura metálica, forrada a tecido castanho	1	€20,00	€20,00
TOTAL			€ 1.875,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 20, 21 e 22 de Novembro, efectuar a recolha de alimentos junto de superfícies comerciais. Considerando que a frota municipal possui escala diária de



apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de €225,00 (duzentos e vinte e cinco euros)”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – COOPERATIVA FRATERNA – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência

de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 7, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18 de Dezembro dar apoio à valência do Banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponível relativamente aos pedidos dos vários departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de €675,00 (seiscentos e setenta e vinte e cinco euros)”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----



SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social de Guardizela ampliou as suas instalações de Creche e Pré Escolar, onde desenvolve um importante apoio à infância, o que implicou um encargo no licenciamento das obras efectuadas no valor de €12 578,84 (doze mil quinhentos e setenta e oito euros e oitenta e quatro centimos), tendo solicitado apoio municipal. Considerando apoios similares concedidos a outras instituições particulares de solidariedade social, proponho que seja atribuído o subsídio de €6 289,42€ (seis mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta e dois centimos), correspondente a 50% do valor das taxas pagas, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de

subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – FESTAS NICOLINAS – Presente a seguinte proposta:

“Em reunião da Câmara Municipal do passado dia 12 de Novembro foi aprovada uma proposta de apoios logísticos às Festas Nicolinas. Nesses apoios não foi incluído o pagamento de horas extraordinárias a um funcionário municipal que assegurará a abertura do edifício dos antigos Paços do Concelho no Largo da Oliveira, como tem sucedido nos anos anteriores, durante o Cortejo das Maçãzinhas que terá lugar no Domingo, 6 de Dezembro. Proponho que a Câmara Municipal assuma esses encargos, necessários para a abertura das instalações dado tratar-se de um Domingo, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – FEDERAÇÃO DO FOLCLORE PORTUGUÊS – V CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE – Presente a seguinte proposta:

“A Federação do Folclore Português marcou para Guimarães, para 28 e 29 de Novembro, a realização do seu V Congresso Nacional da Juventude que congregará mais de mil participantes de jovens folcloristas de Portugal continental, regiões autónomas, e comunidades portuguesas, tendo solicitado apoio à Câmara para esta realização. Considerando a importância que tem no concelho a actividade dos grupos folclóricos, a grande presença da juventude nesta intervenção cultural, os objectivos do Congresso que visa a salvaguarda do Património Imaterial e Etnográfico, proponho que seja concedido um apoio de €2 400,00 (dois mil e quatrocentos euros) destinado a suportar os encargos com a ocupação das instalações no Pavilhão Multiusos, de acordo com deliberação anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta



despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES – FESTIVAL INTERNACIONAL DE ÓRGÃO IBÉRICO – Presente a seguinte proposta: “A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães vai promover em 2010 a 2ª edição do Festival Internacional de Órgão Ibérico, a decorrer na Igreja de S. António dos Capuchos. Guimarães possui um número significativo de Órgãos que, com o decorrer dos tempos, perderam valor de uso. Porém, dado o seu valor patrimonial, têm vindo a ser restaurados, acrescentando valor às Igrejas onde se encontram e possibilitando a realização de concertos de um instrumento que se considerava perdido. A iniciativa da Santa Casa da Misericórdia ao

promover em 2009 a 1ª edição deste Festival inseriu-se nessa requalificação, iniciada com o restauro do Órgão da Igreja dos Capuchos, e teve uma grande receptividade merecendo críticas muito positivas. Considerando o contributo desse Festival para a afirmação cultural da cidade e o estímulo que ele constitui para o restauro desse património proponho, a exemplo da edição anterior, que seja concedido um subsídio de €1 400,00 (mil e quatrocentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----
SUBSÍDIOS – AFONSINA – TUNA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – FESTIVAL DE TUNAS



ACADÉMICAS – Presente a seguinte proposta: “A Afonsina – Tuna de Engenharia da Universidade do Minho promove nos próximos dias 20 e 21 de Novembro o VI Cidade Berço – Festival de Tunas Académicas que decorrerá no Largo da Oliveira e no Espaço S. Mamede. Com o objectivo de reforçarem a ligação à cidade, escolheram o Espaço S. Mamede para a sua realização, o que aumentou os seus encargos relativamente ao Auditório da Universidade do Minho onde decorreram os Festivais dos anos anteriores. Para ajudar ao suporte dos encargos da organização que foram orçados em €10 000,00 (dez mil euros), foi solicitado o apoio financeiro e logístico municipal. Considerando que esta iniciativa concretiza uma ligação da vida universitária à cidade e que merece um elevado interesse dos vimaranenses, representando também uma mostra cultural das melhores tradições académicas, proponho que seja atribuído o subsídio de €1 000,00 (mil euros), e a ratificação do meu despacho que autorizou a cedência de um palco que foi instalado no Largo da Oliveira, a ligação à rede eléctrica e a utilização de um equipamento de som, a ocupação de um Outdoor do Município para anúncio da iniciativa, e a oferta de doze torres e de uma peça de artesanato, pertencentes ao espólio municipal, para prémios de participação e de distinção da melhor Serenata, incluindo o pagamento das horas extraordinárias dos funcionários para a execução destes apoios logísticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam

para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS TROVADORES DO CANO” – ENCONTRO DE REIS – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Cultural e Recreativo “Os Trovadores do Cano” promove no próximo dia 24 de Janeiro o seu 11º Encontro de Reis, iniciativa que terá a participação de doze agrupamentos do nosso concelho. Considerando o exemplo seguido nos anos anteriores, a dedicação à intervenção musical desta colectividade, e a alargada participação de agrupamentos concelhios, e o orçamento enviado pela organização que se eleva a €3 495,00, proponho que seja concedido um subsídio de €250,00 (duzentos e cinquenta euros) à referida Associação para a organização do referido Encontro, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na



lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28, 30 a 32 e 34 a 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO OS AMIGOS DE URGEZES – ACÇÃO DE SOLIDARIEDADE –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Novembro de 2009, que concedeu ao Grupo Desportivo Recreativo Os Amigos de Urgezes material de higiene e limpeza destinados à realização de um evento de solidariedade social, realizado no passado dia 22 de Novembro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Leitões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizada entre os próximos dias 11 de 15 de Novembro. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a

média é de €62,35, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Leitões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, num máximo de €31,18 (trinta e um euros e dezoito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIREDO – FESTA EM HONRA DE S. BRÁS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Figueiredo solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Brás, a realizar entre os dias 4 e 8 de Fevereiro de 2010. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €106,40, pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Figueiredo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa em Honra de S. Brás, num máximo de €53,20 (cinquenta e três euros e vinte cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

MAPA DE PESSOAL 2010 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Nos termos do disposto número 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, em consonância com o disposto no art. 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda tendo em atenção o disposto na alínea o), do nº 2, do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao Sr. Presidente seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2010 que se junta em anexo”. O Mapa de Pessoal dá-se aqui



por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e António Salgado Almeida. -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2010 – Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano de Actividades e ao Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2010, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e António Salgado Almeida. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vimaranenses foram chamados a votar há cerca de um mês e meio. Na ocasião, pronunciaram-se sobre várias alternativas políticas e diferentes programas eleitorais. O Plano Plurianual de Investimentos e as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010 que hoje votamos correspondem a uma natural consequência do programa eleitoral com que o Partido Socialista se apresentou a votos nas últimas eleições autárquicas. Respeitamos essa opção, que aliás, não poderia ser outra. O nosso Plano e as nossas Opções seriam, como se sabe, outras. As nossas prioridades continuam a ser diferentes e claras: **a promoção do emprego e formação profissional, o apoio às famílias e a situações de vulnerabilidade social, um planeamento e urbanismo assente na descentralização de investimentos, uma política de cidade que concretize a Capital Europeia da Cultura, contribuindo para a**

regeneração urbana e uma melhor e mais eficaz política de turismo, respeitando o enquadramento no Turismo do Porto e Norte de Portugal. A Capital Europeia da Cultura, evento que determina de forma fundamental o conteúdo da proposta que nos é apresentada, é uma oportunidade única para Guimarães, pois influenciará, de forma decisiva, o nosso futuro. Todavia, não pode ser um fim em si mesmo e não pode ter uma programação municipalizada. Tem de servir para descentralizar alguns equipamentos culturais e de lazer, deve relançar internacionalmente a marca “GUIMARÃES”, enquanto cidade de destino turístico, enquanto marca de divulgação dos nossos produtos industriais, comerciais, agrícolas e de serviços. Tem de servir para requalificar mas também repovoar o centro da cidade. Deve contribuir para o sucesso sustentável do comércio tradicional. Sr. Presidente, há mais vida para além da Capital Europeia da Cultura. A grave crise que o país atravessa e nomeadamente Guimarães, a elevada taxa de desemprego registada no nosso concelho que em Outubro assinalava 13.212 desempregados, um agravamento de 2.553 desempregados face a Outubro de 2008, exige **uma estratégia** que promova o emprego e a formação profissional, que apoie as famílias e proteja os cidadãos em situações de vulnerabilidade social, que pense o planeamento urbanístico de todo o concelho. Só assim se contribuirá para a saída da crise económica e social. Como já tornámos público, defendemos a redução de taxas e impostos, como forma de captar investimento tão necessário no nosso concelho e de aliviar a carga fiscal sobre a classe média, como forma de prestação de solidariedade às famílias, em tempo de crise. Entre outras medidas, defendemos: - o incentivo à criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional; - a criação de uma escola profissional na área metalomecânica e mecânica de precisão na Zona Norte do Concelho e de uma escola profissional na área da manutenção industrial e robótica na



Zona Sul do concelho; - a requalificação e ampliação para a margem de Ponte do Parque das Taipas, a despoluição do rio, a criação de praias fluviais e a construção um equipamento cultural que permita levar eventos da Capital Europeia da Cultura ao Norte do Concelho; - a elaboração de um plano de pormenor para as Vilas de Ponte e Taipas; - a ligação rápida da cidade à Vila das Taipas; - a requalificação de edifícios no centro da cidade; - a criação, no centro da cidade, de estacionamento de proximidade para os moradores; - a resolução do problema de estacionamento que afecta o comércio tradicional da cidade. Em coerência com o programa eleitoral que apresentamos a votos aos vimaranenses, votaremos contra a proposta”. ----

O **Vereador António Salgado Almeida** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta, que leu em voz alta, ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo texto: “A grave crise social que se abateu sobre o país e o concelho, particularmente em freguesias mais industrializadas, empurra todos os dias famílias para situações de pobreza que importa resolver de imediato. É essencial uma política de solidariedade activa que acuda a situações de emergência. Neste contexto, a CDU propõe um conjunto de medidas, de carácter social, a incluir no Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2010: 1 – a criação de um Gabinete de Acompanhamento Social, composto por equipa multidisciplinar habilitada, funcionando na dependência directa do executivo municipal; 2 – a implementação do Bolsas de Estudo complementares para estudantes universitários de famílias em situação de dificuldade; 3 – a comparticipação em 100% nas tarifas de água e saneamento, em 50% na factura da água e nas despesas com medicamentos de prescrição médica; 4 – a extensão dos benefícios do Passe Social a estas famílias; 5 – o acesso gratuito aos livros para todos os alunos do Ensino Básico, mediante a aquisição destes e a sua entrega a todas as Escolas. Os

livros serão propriedade da Escola, utilizados pelos alunos e devolvidos no final do ano lectivo. 7 – o levantamento urgente das necessidades de cada freguesia do concelho no que diz respeito ao apoio aos Idosos – centro de Dia, Apoio Domiciliário e Lares, e a elaboração de um Plano de Intervenção que permita, neste mandato autárquico, criar uma Rede de Unidades de Apoio aos Idosos, de carácter público, com qualidade e acessível a todos os cidadãos de idade avançada, independentemente dos seus recursos financeiros. 8 – a criação de um projecto concelhio de Hortas Sociais, aproveitando o bom exemplo da Horta Pedagógica, envolvendo as Juntas de Freguesia, utilizando os muitos terrenos agrícolas devolutos ou não utilizados por todo o concelho e permitindo a muitas famílias desenvolver uma actividade que poderá contribuir para a sua sustentabilidade. Estas medidas terão uma repercussão insignificante no Orçamento que é aqui proposto e poderão ter um impacto significativo na vida das famílias em dificuldades”. -----

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO, PARA O ANO DE 2010 – Presente, em anexo, a

proposta respeitante ao Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2010, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira.-----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÕES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DE

2010 – Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, para melhor e mais eficazmente executar as actividades e acções previstas no Plano



Plurianual de Investimentos, no Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2010, propõe, nos termos da alínea a) do nº 6 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4, do art. 53º, do mesmo diploma legal, apresentar à Assembleia Municipal os seguintes pedidos de autorização para serem apreciados e votados na sessão que aprovar aquele documento: **1 – Empréstimos** – Autorização expressa para que a Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, promova a negociação tendo em vista a contratação dos financiamentos que considerar necessários para a execução das seguintes operações: **a) - Tesouraria** – Autorização para a contratação de empréstimos de curto prazo necessários à cobertura, em tempo, de dificuldades financeiras, até ao limite previsto na lei (artigos 35º e seguintes da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro). **b) - Médio e Longo Prazo** - No âmbito das linhas de crédito CGD/BEI (Caixa Geral de Depósitos/Banco Europeu de Investimentos); No complemento de financiamento de projectos integrados, propostos pela Câmara aos Programas Comunitários; Em quaisquer outros financiamentos que se mostrem imprescindíveis à concretização do Plano e Orçamento de 2010. **c) - Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)** – Autorização para a contratação de empréstimos de curto, médio e longo prazos por parte da AMAVE, na proporção correspondente ao Município de Guimarães. **2 – Delegação de competências:** **2.1 - Nas Juntas de Freguesia** – Autorização para que as Juntas de Freguesia possam praticar actos de competência da Câmara Municipal, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que delegados por esta. **2.2 - Nas Entidades Empresariais Locais** – Autorização para que estas entidades possam assumir competências atribuídas, por lei, ao Município, designadamente através de celebração de contratos de gestão, quando disso

se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que tais competências sejam compatíveis com os respectivos objectos sociais estatutários e mereçam aprovação por parte da Câmara Municipal. **2.3 – Na Câmara Municipal - Alienação / oneração de prédios** – Autorização para alienação ou oneração dos prédios rústicos ou urbanos propriedade do Município de Guimarães, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais (hasta pública ou outra modalidade prevista na lei)”. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e Luísa Oliveira. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----